

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DE CONCEPÇÕES ENTRE AS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NO MEIO RURAL.

Ana Louise de Carvalho Fiúza¹

Todo direcionamento tecnológico expressa, através da sua prática e dos seus objetivos, um “estilo de pensamento”. Segundo Manheim (1986, p.104), estilos de pensamento descrevem diferentes modos de olhar as coisas e podem ter um caráter conservador ou progressista, ou mesmo, apresentar características conservadoras e progressistas, conforme o campo em questão: político, moral, estético, etc. Para esse autor, uma das principais peculiaridades do modo conservador de apreender a realidade é se aproximar das coisas *por trás*, a partir de seu passado. Já o modo progressista de apreender a realidade tem a característica de ‘pro-jetar’ perspectivas futuras, seja de modelo de sociedade ou de desenvolvimento, seja de utopias a serem alcançadas (Id. Ibid., 121). Em ambas as concepções, conservadora e progressista, se faz presente uma perspectiva de tempo. O progressista considera o presente como o começo do futuro, enquanto o conservador o vê simplesmente como o último ponto a ser alcançado pelo passado (Id. Ibid., 123). No campo político, por exemplo, a perspectiva socialista apresenta um expressivo potencial progressista, ao ver o desenvolvimento das forças produtivas como um caminho para se chegar a uma sociedade comunista. O capitalismo não é percebido como a última etapa a ser atingida pelo homem, com ele se chega ao “fim da história”. Segundo Marx, o encaminhamento de toda atividade industrial ao leito comum da automação levaria à autocontradição do capital, em decorrência da prescindibilidade do trabalho vivo pela

¹ Profa. Dra. da Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Presidente Antônio Carlos.

via da cientificização dos processos produtivos, o que faria com que não fizesse mais sentido a divisão da sociedade em classes burguesa e proletária².

A perspectiva evolucionista, presente nos ideais socialistas, os quais norteiam as ações de sindicatos cutistas e de partidos de esquerda, apresenta, sob alguns aspectos, um conteúdo progressista³, mais acentuado até que o da própria teoria liberal, que, no que se refere a um modelo de sociedade, já dá como realizada no capitalismo a forma ideal para as relações sociais. As relações de contrato entre homens livres, que se colocam na condição de governante e cidadão, proprietário e não-proprietário dos meios de produção são percebidas como as adequadas para a sociedade. Dentro desta teoria liberal, a perspectiva progressista se manifesta em torno do potencial transformador da ciência sobre o estilo de vida, mais do que sobre o modelo de sociedade em si. Em contrapartida, a perspectiva socialista, em função do seu componente utópico-transformador⁴, tem uma potencialidade marcadamente progressista, por apostar para além do desenvolvimento das forças produtivas, na transformação das próprias relações sociais de produção. Mas é possível se encontrarem movimentos e atores sociais que condensam, em sua concepção teórica e inserção prática na sociedade, aspectos progressistas e conservadores. O próprio discurso agroecológico presente no CAA, na CPT e na Igreja contém em si uma junção de características progressistas e conservadoras. O apego que apresentam ao modelo de interação camponesa e indígena com a natureza, no qual julgam haver a adequada

² Estas idéias são desenvolvidas por DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação produtiva – a forma atual da luta de classes. São Paulo, *Revista Outubro*, n.1. maio/1998.

³ A utilização dos conceitos “progressista” e “conservador” está fortemente impregnada de uma carga valorativa em seu uso pelo senso comum. Contudo, sempre que empregamos estes conceitos buscamos nos beneficiar de um antimaniqueísmo presente na concepção teórica que Manheim dá a eles. Ambas as características estão presentes nos posicionamentos políticos da esquerda e da direita, bem como numa mesma pessoa, de acordo com as esferas em que ela age, pública ou privada, por exemplo.

⁴ O conceito de utopia também está sendo considerado, a partir da perspectiva de Manheim, como uma perspectiva crítica face à sociedade capitalista. O que caracteriza a utopia, portanto, é o objetivo de transformação da realidade vigente.

compatibilidade dos sistemas agrícolas com o meio ambiente, revela um enfoque com base na tradição e no passado, mas que contém, em si, um enfoque crítico em relação ao atual modelo de desenvolvimento capitalista.

Este horizonte de repúdio à dinâmica excludente da economia capitalista, bem como ao forte individualismo nas relações entre as pessoas no mundo moderno, se constituiu num mote aglutinador entre as forças de esquerda: sindicatos, CPT, movimentos sociais, Igreja e ONGs, que formam em Porteirinha, como em quase todo o Brasil, uma aliança de forte crítica ao neoliberalismo⁵. Contudo, a despeito de suas convergências, estas instituições apresentam, igualmente, conflitos em seus posicionamentos. Em uma dessas questões de distanciamento entre estas instituições aliadas, podemos observar, de um lado, a defesa da Igreja, da tradição, do concreto, do já estabelecido; de outro, a perspectiva do abstrato, da possibilidade de construção do que ainda não existe, dos partidos e sindicatos de esquerda. O apego ao concreto, ao particular, à tradição e a tendência de objetivar ações imediatas e localizadas são características marcantes do estilo de pensamento conservador. Já o estilo de pensamento progressista impõe como marca o abstrato, o hipotético, o utópico.

Portanto, ao mesmo tempo que a Igreja/CAA/STR somam forças, ao lutarem por bandeiras comuns, tais como, a reforma agrária e a manutenção das condições materiais e socioculturais para a sobrevivência da agricultura familiar camponesa, há, também, pontos de antagonismo entre eles, relativos à forma como concebem a sociedade e as próprias relações sociais. Um exemplo destas divergências pode ser observado em torno das propostas de planejamento familiar no meio rural. A perspectiva feminista presente na pauta de trabalho de muitas ONGs que atuam no

⁵ É uma sutileza entre ser crítico ao neoliberalismo e ao capitalismo. O primeiro é interpretado, principalmente, dentro da Igreja como uma distorção do capitalismo, sendo visto como a face antagônica da socialdemocracia ou como a terceira via proposta pela Igreja.

meio rural, bem como nas reivindicações levadas pelos movimentos de mulheres aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, é vista com muita cautela pela Igreja, em virtude de buscar a elaboração de uma nova identidade para a mulher, avessa à tradicional. Na verdade, a Igreja vê com receio a possibilidade levantada pela perspectiva feminista de revisão dos valores e normas que regulam as relações de gênero na família e na sociedade, em virtude de se constituir ela própria no mais poderoso instrumento sustentador deste sexismo nas relações sociais, públicas e privadas. Os conflitos se tornam particularmente visíveis entre a Igreja e os movimentos e instituições que encampam a perspectiva feminista, quando o assunto diz respeito, principalmente, às questões que envolvem o controle sobre o próprio corpo, como uso de contraceptivos e o direito ao aborto, bem como as questões relacionadas à própria sexualidade, como a percepção da virgindade como uma forma de subordinação social da mulher, da mesma forma que a condenação que é imposta ao homossexualismo⁶.

Mas o feminismo não se choca apenas com a concepção de gênero tradicional da Igreja; há, também, um embate entre as centrais sindicais (masculinas) e o movimento feminista quanto à necessidade de um movimento específico das mulheres que dê conta das formas de opressão que são sofridas por elas em particular, mas que, ao mesmo tempo, não dissocie a questão das relações de gênero das preocupações produtivas, econômicas e políticas⁷. A situação de subordinação da mulher se manifesta até mesmo no próprio MSTR (Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais), onde as mulheres apontam existirem dificuldades no seu reconhecimento como trabalhadoras rurais, no sentido de serem tratadas com as mesmas prerrogativas que

⁶ Isto pode ser observado no texto produzido pela REDE MULHER/MEB (Movimento de Educação de Base)/CPT. (org.) Moema Viezzer. *Mutirão de Educação Popular: A mulher trabalhadora rural*, 1988.

⁷ LAVINAS, L., CAPELIN, P. "Sindicalistas: olhares sobre a relação homem-mulher." In: CUT/Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora Rural. *Mulheres Trabalhadoras Rurais. Participação e Luta Sindical*. Maio de 1991.

os homens. Se nos movimentos sindicais esta questão ainda pode ser revista, haja vista sua denúncia e cobrança por parte das mulheres, fora das organizações ligadas ao STR, esta questão pouco se coloca. Mesmo nos projetos de desenvolvimento rural sustentável em que se afirma existir uma preocupação com a situação da mulher, o sexismo permanece presente, podendo ser notado, como mostramos anteriormente, na pauta de atividades direcionadas para a mulher, a qual a exclui e não a considera como um agente do processo produtivo, destinando-lhe, prioritariamente, atividades relacionadas à 'economia familiar'⁸.

Um outro importante aspecto relativo ao distanciamento entre as forças de esquerda se manifesta na forma como imaginam ser possível alcançar uma sociedade solidária e justa. Enquanto, para a Igreja, a perspectiva de mudança em torno das relações sociais é pensada com base nos ideais de solidariedade social entre as classes, não sendo necessário, portanto, o rechaçamento do capitalismo de forma inconteste, para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais vinculados, principalmente, à CUT, muito mais do que à CONTAG, dado o ranço legalista presente nas suas orientações, a possibilidade de novas relações sociais entre as pessoas só pode se concretizar numa sociedade sem classes. Contudo, essa sociedade sem classes começa a não mais ser pensada como decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, como no marxismo, em função do desemprego causado pelo avanço tecnológico, bem como pela perspectiva de 'agressão' ao meio ambiente que pela qual este 'progresso' tem sido responsabilizado. Estas duas questões acabam por criar um campo de forças aglutinador para a esquerda. Por este prisma, percebe-se como a aliança de esquerda, inclusive, em Porteirinha, aglutina entidades que trazem consigo

⁸ Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical. Ação e organização sindical no setor rural e construção de estratégias de desenvolvimento rural, elaborado por Leonilde S. de Medeiros e Regina Novaes, s/d.

não só objetivos comuns, mas também diferentes perspectivas de sociedade, fazendo com que haja, por outro lado, coalisões em suas ações sociais conjuntas.

Todavia, o que nos interessa aqui destacar, ao evidenciar o *estilo de pensamento*, conservador ou progressista que apresenta uma determinada instituição, é a forma pela qual ela pode manifestar ambos os estilos de pensamento em suas ações, percebendo que uma mesma instituição tanto pode reforçar viéses ideológicos, contribuindo para a manutenção da ordem vigente, numa determinada esfera da vida social, como pode, em outra esfera, contribuir para o enfraquecimento da mesma. Um aspecto importante a se frisar, neste sentido, diz respeito ao fato de que um estilo de pensamento com dimensões marcadamente conservadoras, como o religioso, pode servir de referencial utópico para a prática e ação das pessoas, indo de encontro à ordem vigente, enquanto que um estilo de pensamento progressista pode resultar num reforçamento ideológico desta mesma ordem social.

O importante, ao se adotar a perspectiva de Manheim para analisar o processo interativo das instituições que atuam no meio rural com os pequenos agricultores, é não tratar de forma maniqueísta uma ou outra instituição ou movimento social, percebendo que eles podem apresentar um e/ou outro estilo de pensamento, progressista e/ou conservador, em diferentes circunstâncias. Assim, a partir desta perspectiva multifacetada acerca das instituições e movimentos sociais, pode-se perceber que eles não se constituem em blocos monolíticos que mantêm uma coerência de ação em todas as esferas da vida social, podendo, assim, em determinado segmento da vida social, atuar em prol da transformação das estruturas de dominação social vigentes, e em outro, contribuir para o seu fortalecimento. Portanto, o que se deseja frisar é a importância de não se predeterminarem resultados com base em rótulos, que cristalizam o perfil dos atores sociais, pois isto impediria a compreensão de sua

inserção na dinâmica social. É preciso estarmos atentos para o fato de o significado das ações de uma instituição poder variar dentro de sua trajetória histórica, ainda que consideremos, também, que é possível ela apresentar um estilo de pensamento mais definido. Contudo, o mais comum é que uma mesma instituição possa agir de forma conservadora e progressista, ao longo do tempo, segundo os interesses que estão em jogo no momento. Portanto, ao analisarmos os significados das práticas dos mediadores que atuam em Porteirinha, bem como o estilo de pensamento que as fundamenta, devemos estar atentos para não generalizarmos as condutas de tais mediadores, dentro de modelos pré-definidos e pautadas pela, visto que não é isto que caracteriza a realidade concreta vivida por tais instituições nas alianças e disputas que travam entre si e com outras instituições num contexto mais amplo.

Há, ainda, um último aspecto a se ressaltar, no que diz respeito aos posicionamentos ‘tradicionais’⁹ que manifesta uma instituição, a fim de que se possa melhor entender sua inserção dentro da dinâmica social. O padrão tecnológico alternativo veiculado pela Igreja, CAA/STR congrega, em si, tanto uma dimensão progressista quanto tradicionalista. A progressista, como já vimos, se mostra no ideal que estas instituições apresentam de uma sociedade socialmente justa, que se diferenciassse da atual, por negar a competição e o individualismo, bem como as formas de exploração da natureza e do ‘homem’. Já a sua dimensão tradicionalista se faz notar

⁹ Segundo Mannheim, a ação conservadora, diferentemente da tradicional, é sempre dependente de um conjunto de circunstâncias concretas e não-atemporais. Conforme o autor afirma, não há como conhecer antecipadamente que forma uma ação conservadora, no sentido político, tomará. Entretanto, a atitude geral implicada no termo tradicionalista é possível mais ou menos de prever. Isto não significa, entretanto, que o estilo de pensamento tradicional tenha uma estrutura objetiva, enquanto o conservador seja desprovido do mesmo. O conservadorismo político é uma estrutura mental objetiva, enquanto oposta à subjetividade do indivíduo isolado. Contudo, sua manifestação não se baseia em princípios estruturados atemporalmente, no sentido de serem eternos e universalmente válidos. Deduções não podem ser feitas das atitudes conservadoras, com a mesma segurança como podem ser feitas em relação às atitudes tradicionais. Daí o erro, ao se taxarem e criarem clichês para instituições, como se elas fossem 100% conservadoras ou progressistas em suas ações.

no seu apego a modelos vegetativos¹⁰, a antigos modos de vida, considerados como persistentes, onipresentes e universais¹¹. Tais características podem ser notadas, por exemplo, quando se observa a valorização, por parte destas instituições, de procedimentos ‘naturais’ no tratamento de doenças, os quais se baseiam nos saberes e práticas dos povos indígenas e nos conhecimentos herdados pelos grupos camponeses dos eus ancestrais, condenando-se, em contrapartida, grande parte das práticas da ciência moderna, como anti-naturais e contra os preceitos divinos. Pode-se, também, notar o caráter tradicional do estilo de pensamento destas instituições na preocupação que manifestam com a desvalorização e substituição de costumes como uma manifestação da perda de identidade.

Tudo isto, enfim, caracteriza uma perspectiva atemporal das relações sociais entre os homens e destes com a natureza, que atravessaria a história sem ser por ela contaminada. Se, por um lado, este tradicionalismo se manifesta como uma forma de resistência política e cultural, por outro lado, o estímulo por parte destas instituições para que grupos de pequenos agricultores conservem os valores e costumes por eles herdados de seus ancestrais parece mais uma distorção do modo de vida dos mesmos, considerando-se sua adequação para os dias atuais. O mundo rural faz parte da dinâmica do mundo moderno, não estando envolvido por uma membrana anti-impactos socioeconômicos e ambientais. Desta forma, as pessoas que habitam a zona rural dão respostas às influências que sobre elas pairam. Práticas pontuais de cultivo de determinadas espécies vegetais, que são valorizadas por ONGs ambientalistas, por

¹⁰ Por modelo vegetativo estamos aqui entendendo um modo de vida idealizado e importado do passado, mas o qual não corresponderia mais à dinâmica da sociedade em que está inserido no presente.

¹¹ Esta dimensão atemporal e tradicional se faz notar em muitas instituições e movimentos sociais como, por exemplo, em grupos ecofeministas, nos quais se revela a representação essencialista da mulher. Para estes grupos, é como se o fato de a mulher ser dominada, oprimida e explorada pelo sistema capitalista a mantivesse unicamente como vítima deste, conservando uma condição de imunidade às formas de contaminação ideológicas do capitalismo. O simples fato de ser explorada é pensado como se pudesse lhe manter alheia à mentalidade hegemônica na cultura e na sociedade moderna, de uma forma geral.

estas variedades nativas estarem quase em extinção, podem não fazer mais parte das estratégias reprodutivas adotadas pelos pequenos agricultores para assegurarem sua reprodução social face à dinâmica do mundo globalizado. Propostas de “resgate de variedades nativas” podem, assim, se apresentar como “sementes fora do lugar”, lembrando aqui a frase de Roberto Shwartz, relativa às “idéias fora do lugar”, com a qual ele quis apontar os desenraizamentos das idéias e modos de vida valorizados socialmente pelas classes dominantes, em contraposição aos costumes e valores arraigados na cultura de um povo. Dentro desta perspectiva, as “idéias fora do lugar” podem ser consideradas uma marca característica do estilo de pensamento tradicional, em decorrência de este se inspirar em modelos vegetativos, em antigos modos de vida, que fazem parte do passado, mas não do presente.

Contudo, estas imagens tradicionais que podem suscitar atitudes progressistas, podem também, suscitar as conservadoras. Aliás, esta é uma das características da Doutrina Social da Igreja, a sua plasticidade face a contextos diversos. Por exemplo: se, por um lado, a Igreja reprovava a concentração de terras, por outro lado, sua doutrina social abriga, como princípio, o direito à propriedade privada, ainda que não o admitindo como finalidade individual, mas sim social, o que é considerado, sob muitos aspectos, até preferencial à propriedade coletiva da terra. Uma outra situação esclarecedora desta plasticidade adaptativa da Doutrina Social da Igreja é seu enquadramento dentro do mundo pensado a partir dos princípios da sustentabilidade, o que, a bem da verdade, lhe é ainda mais favorecido, dada a própria pluralidade de significados que este conceito possui. Esta inserção, tão sob medida, da Doutrina Social da Igreja ao atual contexto sociopolítico e ideológico, constrói-se através de um ethos orientador de um modo de vida comunitário e fraterno, que tem no meio rural um locus privilegiado para a realização do ideal de constituição de uma família cristã,

corporificado no estilo de vida do camponês, percebido como vivendo num contexto rústico, distante do consumismo, dos hábitos alimentares artificiais e, principalmente, conservando, de forma mais expressiva que o mundo urbano, as tradições herdadas das gerações precedentes. É de acordo com este espírito que, dentro da atual perspectiva de desenvolvimento sustentável, a pequena propriedade agroecológica é vista, de forma benéfica, e não como uma forma de sustentação do sistema capitalista.

Um ponto interessante de se notar dentro da análise que a Igreja faz da atual crise ecológica é que esta não é percebida de uma forma apenas negativa. No documento “A Igreja e a questão ecológica”¹², o desgaste ambiental, que ameaça a qualidade de vida das futuras gerações, é tomado como um momento da Graça, uma visita de Deus para que a humanidade reencontre os desígnios do seu Criador e Pai. E nesta missão redentora da Igreja, visando trazer a humanidade para o bom caminho, revela-se, mais uma vez, a plasticidade do seu pensamento tradicional, que traz em si a possibilidade de oscilar entre atitudes conservadoras e progressistas. No que diz respeito, especificamente, à crise ecológica, esta plasticidade pode ser observada na própria crítica feita ao conceito de *desenvolvimento sustentável*, que aparece no documento anteriormente citado, “A Igreja e a Questão Ecológica”. Ao criticar a definição de desenvolvimento sustentável da comissão Brundtland, no que diz respeito ao fato de esta ter apontado o controle populacional como medida necessária para a superação da pobreza e ter mantido como objetivo o crescimento econômico contínuo, ainda que, supostamente, dentro de limites ecológicos, a Igreja se manifesta em desacordo com tais metas e estratégias, afirmando que as mesmas permanecem pensando a natureza dentro da esfera da economia, trazendo como única novidade a incorporação da natureza dentro dos custos da produção. Para a Igreja, as propostas

de desenvolvimento devem estar subordinadas a valores éticos, os quais defendam uma sociedade ecologicamente justa e solidária.

Isto demonstra, também, que a doutrina social católica pode suscitar práticas e papéis sociais que fogem aos interesses da classe dominante, ainda que conservando a identidade tradicional de homem e mulher. Nos movimentos de luta pela terra no norte do Brasil, a identidade de mãe não impediu à mulher de participar de atividades fora de casa, mesmo quando ela possuía filhos pequenos. O estudo de Adriance sobre a participação de mulheres nos movimentos de luta pela terra e do seu envolvimento em atividades promovidas pelas CEBs, no norte do Brasil, evidenciou que a identidade de mãe foi um fator fundamental nas lutas que elas travaram pela terra. É se vendo como mães que elas se colocam à frente da polícia e, com coragem reconhecida até pelos homens, enfrentam a possibilidade do massacre, guiadas pela esperança de conseguir um pedacinho de terra de onde possam tirar o sustento para seus filhos. Isto mostra, portanto, que a identidade de mãe, como sendo aquela que tem o dever de proteger e cuidar da saúde dos filhos, não restringiu as possibilidades de participação social da mulher; antes, pelo contrário, serviu de base para referendar novos papéis sociais. As transformações retratadas por Adriance em torno da divisão sexual do trabalho, com suas novas possibilidades de papéis sociais de gênero, na região amazônica, estão de acordo com o mostrado por Eric Hobsbawm em “Mundos do Trabalho”¹³. Segundo este autor, o envolvimento da mulher em movimentos sociais ocorre em consonância com a rearticulação do seu mundo privado face a seu engajamento ao mundo público, possibilitando-lhe o rompimento dos modelos de fixação das mulheres nos espaço doméstico.

¹² Setor Pastoral Social da CNBB. Comunicado final ao Seminário “Ecologia e Desenvolvimento”. Brasília, 17-21 de maio de 1992.

¹³ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Reforça essa afirmação a concepção de Sanchis (Op. Cit., 1997, p.7), que defende a posição de que não entra em jogo, nas relações sociais estabelecidas entre as pessoas, apenas uma única identidade, mas um conjunto de identidades, que são compatíveis umas com as outras e que formam a *persona social*. A identidade da mulher como mãe e esposa existe sempre em conjunto com outras. É possível, portanto, compreender, que tenha ocorrido, no trabalho realizado pelas CEBs, a articulação entre uma identidade tradicional, conjuntamente com novas perspectivas de papel para a mulher: dirigentes de cultos religiosos, sindicalistas, concorrendo a cargos políticos, enfrentando a polícia na defesa de suas terras, etc. Enfim, é importante salientar que a identidade da mulher, dentro de parâmetros tradicionais, não é incompatível com novas possibilidades de definição dos papéis sociais. A mulher pode possuir identidades de cunho conservador e progressista, tomando por base uma identidade tradicional. Torna-se emblemático disso o fato de mulheres que romperam com a esfera privada de atuação, assumindo funções econômicas e políticas na esfera pública, poderem conservar representações sociais conservadoras, no plano das definições de papéis na esfera familiar. É muito comum, nas entrevistas com mulheres atuantes em suas comunidades, depoimentos afirmando a posição do homem como chefe da família ou o provedor da casa, quando, na verdade, elas cumprem esse papel ou, no mínimo, contribuem de forma substancial para isso. O conteúdo tradicional da representação cebista de maternidade não reforçou um papel tradicional de mulher; antes, pelo contrário, serviu como um vetor progressista para a construção de novos papéis sociais, sendo um fator imprescindível para legitimar a participação da mulher em atividades e movimentos fora de casa. Nos textos, jornais, revistas, projetos e cartilhas produzidos pelas instituições que têm atuação direta em Porteirinha, norte de Minas Gerais, bem como de outros mediadores que exercem influência sobre as

primeiras, sem estarem presentes no norte de Minas, pode-se perceber a forma como as mulheres rurais estão representadas, em que situações são percebidas e em quais são despercebidas.

QUADRO 10 – REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NAS PUBLICAÇÕES QUE CIRCULAM ENTRE OS MEDIADORES QUE ATUAM NO MEIO RURAL DE PORTEIRINHA.,

INSTITUIÇÕES/TEMAS	CAA STR	CUT CONTAG	DESER CEMTR	CPT CEB	EMATER	ASSOCENE PNUD	MIRAD CNDM
Natureza antropomorfizada	X			X			
Valorizar o Trabalho da Mulher	x	x	X	x	x	x	
Reivindica Condições Produtivas para a Mulher			X				
Participação política da mulher		X	X	X			
Espaço diferenciado para a mulher				X			
Gênero X desigualdades			X				
Integração espaço doméstico e público			X				
Valorização das tradições e conhecimentos locais	X	X	X	X	x	x	
Crítica aos conhecimentos tradicionais					X	X	
Mulher rural como categoria			X	X	X	X	X
Mulher-agricultora/ Mulher-trabalhadora rural	x	X	X	x			
Mulher e Viúva de Trabalhador							X

Fonte: Dados de pesquisa bibliográfica, 2000.

OBS: O “x” indica o aparecimento não freqüente do tema em questão nas publicações das várias instituições acima relacionadas. Já o “X” indica seu aparecimento freqüente.

É importante destacar, em relação ao quadro apresentado, que mesmo os temas em que a mulher não aparece explicitamente, a ela estão relacionados de forma implícita. É o caso da “natureza antropomorfizada”, no qual a relação mulher/natureza é evidenciada; dos temas “valorização e crítica às tradições e conhecimentos locais”, onde o papel da mulher como guardiã dos costumes e valores herdados de seus ancestrais é destacado. No item “integração espaço doméstico e público”, aparece como preocupação a necessidade de se valorizarem as atividades produtivas realizadas pela mulher no âmbito privado, para que estas possam ser potencializadas

em termos de ocupação no mercado. As únicas instituições que chamaram a atenção para a necessidade de se trabalhar de forma associada à esfera doméstica e pública foi o DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais) e CEMTR (Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul). Isso se deve justamente ao fato de esse movimento de mulheres trabalhadoras rurais levantar os problemas que enfrentam na esfera doméstica e pública para realizarem suas atividades produtivas. Apesar de o trabalho dessas duas instituições servir de contraponto para as *ausências presentes* no discurso e na prática das instituições que atuam no meio rural de Porteirinha, o material bibliográfico por elas produzido foi selecionado para constar nessa análise, em virtude de ele circular em encontros acadêmicos e de cunho mais social, nos quais participam ONGs, movimentos sociais e entidades sindicais. Nesses encontros, também se fazem presentes as entidades de esquerda que atuam no norte de Minas, como o CAA, STR e a CPT.

Dentro das publicações que trabalham com a questão ecológica e, mais especificamente, com o desenvolvimento rural sustentável, mostradas no quadro anterior, vamos encontrar, de fato, uma preocupação com os problemas que afligem *especificamente* a mulher trabalhadora rural em uma entidade sindical, o DESER, dentro da qual os movimentos de mulheres dos Estados do Sul se fizeram presentes e atuantes. Aliás, este é um aspecto dos mais significativos mostrados pelo quadro. É o CEMTR que denuncia as formas de opressão vividas de forma particular pela mulher, até mesmo dentro do próprio movimento sindical. É este comitê de mulheres trabalhadoras rurais que reivindica um espaço diferenciado para a mulher dentro das organizações sindicais e partidárias, para que possa ser dada atenção especial a problemas que não fazem parte da luta encabeçada pelos homens. A parceria com o DESER fez destas duas instituições as mais propositivas em termos de indicar os

aspectos que precisam ser atacados para que as mulheres vençam os obstáculos que se impõem para se firmarem como produtoras e agricultoras rurais de fato, não apenas de direito. Ao voltarmos ao quadro apresentado anteriormente, podemos notar, claramente, esta perspectiva destoante do DESER/CEMTR¹⁴ em relação às demais instituições, no que diz respeito à reivindicação de condições produtivas para a mulher. Seja analisando as fontes bibliográficas produzidas e utilizadas pela EMATER/PNUD, seja aquelas do CAA, STR e CPT, a reivindicação de condições produtivas para a mulher esteve praticamente ausente. Ela é sempre valorizada em relação à sua "importância para", nunca em si mesma. É interessante que, quando se faz referência a ela em alguma publicação destas instituições ou de outras com as quais ela está ligada, é sempre de forma a adjetivá-la, quer dizer, a qualificar uma condição que lhe é própria: *mulher-agricultora* ou *mulher-trabalhadora rural*. Ao homem nunca há uma referência desta mesma forma, homem-agricultor ou homem-trabalhador rural; utiliza-se simplesmente o termo agricultor ou trabalhador rural. Este modo já interiorizado e irrefletido de tratamento esconde o fato de a mulher não ser reconhecida, verdadeiramente, dentro de uma condição profissional, o que parece apontar para o fato de ela estar sempre relegada à sua condição substantiva de mulher, com uma natureza biológica que se impõe como definidora de seu papel, e a partir da qual ela pode vir a ganhar outras atribuições, inclusive, como agricultora e trabalhadora rural. Até mesmo a forma de o MIRAD/CNDM¹⁵, um órgão composto por antropólogas, sociólogas e feministas, tratar o assunto reflete este condicionamento. Ao analisar e denunciar a violência sofrida pela mulher em conflitos fundiários, na zona rural, o tratamento a ela atribuído é o de "Mulher de Trabalhador Rural" e "Viúva de

¹⁴ DESER/CEMTR (Departamento Sindical de Estudos Rurais)/(Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná).

Trabalhador Rural", o que demonstra que sua condição profissional é tida como uma consequência de sua condição sociobiológica.

Apesar de o CEMTR (Comissão Estadual das *Mulheres Trabalhadoras* Rurais), que trabalha em parceria com o DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais) no Paraná, também utilizar-se da expressão "Mulheres Trabalhadoras", há aspectos inovadores em suas temáticas que indicam uma ruptura em relação às demais instituições citadas. Por exemplo, no que diz respeito a chamar a atenção para o fato de a agricultora não ter crédito, assistência técnica, igualdade de espaço no movimento sindical e partidário, bem como ainda salientar a situação de invisibilidade vivida pela trabalhadora rural, que desempenha uma série de atribuições perante a qual não é reconhecida. Muito mais que reivindicar a valorização do trabalho da mulher na esfera reprodutiva, como também o fazem movimentos de cunho ecofeministas, o DESER/CEMTR pensam esta valorização inserida dentro do contexto socioeconômico da agricultura familiar, de forma a não perder de perspectiva a integração das relações travadas no espaço privado com o espaço público. É neste sentido que o DESER/CEMTR reivindicam condições produtivas, econômicas e jurídicas para as mulheres, concomitantemente à sua inserção e participação na política.

Após destacarmos, através da categoria "formas impensadas de pensamento", aqueles aspectos frente aos quais independente da posição política, de esquerda ou de direita, conserva-se um teor de aceitação inquestionável face a determinadas práticas e concepções automatizadas pelos hábitos e costumes, uma pergunta persiste: Quais as particularidades presentes no DESER/CEMTR do Paraná capazes de propiciar dentro do movimento sindical a formulação de propostas de cunho mais crítico e ruptivo com as práticas tradicionais nas relações de gênero? A resposta pode ser melhor

¹⁵ MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário)/CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da

compreendida, se percebermos que a atuação conjunta das duas entidades possibilitou o entrelaçamento de questões tidas como pertencentes à esfera “reprodutiva” e “produtiva”, tradicionalmente percebidas de forma segmentada pelos organismos que trabalham junto a homens e mulheres na zona rural. A reivindicação de um projeto alternativo de sociedade, dentro de uma perspectiva de gênero, propõe a integração do espaço doméstico e público, dentro de um perfil que não restringe a mulher às atividades do lar, ainda que valorizando-se esta atribuição, mas propõe que a ela seja dada capacitação dentro de uma racionalidade produtiva. A preocupação destas duas instituições com a formação voltada para a produção redireciona a identidade da mulher rural para a esfera profissional. Este fato faz com que a mulher rural não seja percebida a partir dos domínios da casa, o que se constitui num dado ausente nos demais órgãos.

Se tomarmos esta situação vivida pelas mulheres no Sul como parâmetro de comparação com a experiência das mulheres da fábrica de processamento de café e produção de doces de Porteirinha, veremos o quanto a identidade profissional como *trabalhadora rural*, a qual depende da organização das mesmas denunciando as condições de exploração por elas vividas e os obstáculos que encontram para realizar suas atividades econômicas. Embora as mulheres da fábrica de processamento de café, em Porteirinha, tenham conseguido criar as condições de trabalho necessárias para seu exercício profissional, faltava-lhes, ainda, a própria afirmação desta identidade como trabalhadoras rurais, a qual poderia fornecer-lhes o sentimento de pertencimento a um grupo maior. No caso destas mulheres, sua luta era pela garantia das condições necessárias para a reprodução de seu empreendimento, uma luta solitária, que se restringia ao próprio grupo, as seis mulheres que conduziam os trabalhos. A ausência

de representatividade em instituições do mundo público, como sindicatos e partidos políticos contribuiu para que sua identidade profissional se mantivesse oculta. A identidade dessas mulheres permanece construída dentro do seu “papel de mulher”, dentro do qual imperam os traços tradicionais construídos com base na imagem de Maria, mãe, esposa, um misto de mulher submissa e meiga, mas corajosa quando se trata de defender os direitos de seus filhos.

Aliás, uma das temáticas nas quais a mulher aparece com destaque no material consultado diz respeito à “valorização das tradições e conhecimentos locais”, preocupação muito expressiva dentro da concepção alternativa de “des-envolvimento sustentável”, que defende práticas mais rudimentares e menos impactantes de contato e transformação da natureza. De acordo com o ideário ambientalista, a agricultura familiar tradicional e, mais particularmente, a mulher, percebida dentro de uma racionalidade reprodutiva, à margem do mercado, se adaptariam às prerrogativas ecológicas, possibilitando consequentemente a conservação do ecossistema, com suas espécies nativas, adaptadas ao clima e relevo da região. Dentro desta perspectiva de interrelação com o ecossistema preservado, os hábitos alimentares das populações nativas conseguem ir se perpetuando e todo um ciclo de conservação da biodiversidade local e dos hábitos alimentares que sua existência possibilita manter vivos vão se interinfluenciando. Embora a valorização das tradições e conhecimentos locais seja um meio através do qual as mulheres ganham “visibilidade”, isto acontece dentro de um enquadramento em que a esfera reprodutiva, atribuição da mulher, e a esfera produtiva, atribuição do homem, são percebidas de forma dissociada, o que favorece formas de exploração e desigualdade para a mulher, dentro das relações sociais de gênero, no âmbito privado e também no público.

Um outro aspecto a se chamar a atenção dentre os itens relacionados no quadro anterior, diz respeito à “Natureza Antropomorfizada”. Este tema é o que apresenta, de forma mais clara, um estilo de pensamento de caráter tradicional e totalizante. Nas publicações analisadas, ele aparece na forma de imagens míticas e religiosas, associando a natureza ao corpo humano. Os rios são associados ao sangue que corre nas veias, e a terra, à mulher, que recebe as sementes para gerar frutos e alimentar seus filhos. A imagem da terra também aparece associada à da casa, espaço feminino, que abriga e protege seus filhos. Esta forma de representação é recorrente nas instituições que trabalham sobre a influência do pensamento social da Igreja: CEBs, CPT, CAA e, também, no STR. Entretanto, ela já não aparece nas centrais sindicais, que trabalham em parceria com estas instituições, em muitos eventos, envolvendo as problemáticas do meio rural. Chama a atenção, no que diz respeito ao movimento sindical, o fato de o sindicato de trabalhadores rurais ter maior afinidade com as problemáticas abordadas pelas instituições que atuam localmente e que são influenciadas pelo pensamento social da Igreja que com as centrais sindicais. Isto, inclusive, ajuda a entender por que, nos anos 90, o STR passa a ser visto pelos trabalhadores rurais como estando próximo a eles.

A influência do ideário católico sobre as instituições de esquerda, em nível local, se faz sentir de forma mais aguda a partir de meados dos anos 80. Neste sentido, um dos textos produzidos pela Igreja que teve expressiva penetração junto a vários mediadores que atuam no meio rural de Porteirinha foi o documento da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), intitulado “Igreja e Problemas da Terra”¹⁶, o qual norteou as ações da CPT, e mais tarde, do MST e do movimento sindical. Neste documento, pode ser notado o entrelaçamento de estilos de

¹⁶ Documento aprovado pela 18 Assembléia da CNBB. Itaici, 14 de fevereiro de 1980. Edições Paulinas.

pensamento tradicional e progressista, que norteiam a localização social da mulher. Nele se propõe uma diferenciação entre “terra de exploração”, como sendo aquela a serviço do lucro capitalista, e “terra de trabalho”, como aquela que dispensa o documento de registro, sendo legitimada pela posse. Esta diferenciação se faz com base num ideário religioso tradicional, da terra percebida como dádiva de Deus a seus filhos, para que dela tirem o sustento para si e sua família. A base dessa concepção é a imagem atemporal da família cristã, laborando a terra para seu sustento, dentro de um modo de vida estabelecido em termos de relações comunitárias, baseadas em laços de solidariedade entre vizinhos. A terra é retratada como uma mãe, contrapondo-se a esta representação a perspectiva utilitarista e mercantilista. Uma mãe oferta a seus filhos igual oportunidade de vida e sobrevivência. A representação da terra, percebida como devendo estar a serviço da vida e não do lucro e da expropriação, gera utopias que objetivam a transformação da ordem social vigente. Fundamentado nesta imagem, defende-se o direito adquirido pelo uso familiar, tribal, comunitário, em detrimento da lógica capitalista.

Um último aspecto a se chamar a atenção, em relação ao quadro anterior, diz respeito ao fato de encontrarmos nele maior referência ao trabalho da mulher rural por parte das instituições ligadas aos pressupostos agroecológicos (CPT, CAA, STR, CUT, CONTAG, CEMTR, DESER) que naquelas vinculadas aos pressupostos do “desenvolvimento rural sustentável” (PNUD, EMATER, ASSOCENE). Contudo, como foi afirmado anteriormente, este destaque não é dado a partir das mesmas perspectivas. Enquanto a CEMTR e o DESER abordam as temáticas relacionadas à mulher rural, dentro de uma perspectiva reivindicatória e propositiva, face aos obstáculos identificados pelas *trabalhadoras rurais*, nas demais instituições, predomina um discurso de reconhecimento e valorização do trabalho da mulher, com base em

uma identidade construída dentro dos parâmetros da domesticidade. O modelo de associativismo existente em Porteirinha demonstra claramente este fato. Enquanto a *associação dos pequenos produtores*, onde se discutem as questões ligadas ao “trabalho” e à produção, é freqüentada pelos homens, em sedes localizadas no centro da comunidade, as mulheres se reúnem nas casas umas das outras, ou em cômodos nos fundos das associações dos homens, com o objetivo de “ganhar algum dinheiro pra ajudar em casa”.

Confirmando este aprisionamento da identidade da mulher rural de Porteirinha ao universo doméstico, podemos notar que as temáticas mais recorrentes vinculadas a ela, entre as instituições que atuam nesta região, estão relacionadas às representações mítico-religiosas, dentro de um associativismo entre a maternidade e a natureza. Se, como vimos, esta imagem não é restritiva à inserção da mulher em movimentos sociais, que buscam romper com as formas de exploração e expropriação a que estão submetidos homens e mulheres rurais, por outro lado, não lhes favorece construir formas organizativas voltadas para os problemas que lhe são peculiares.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOWAY, M. “Gênero e Desenvolvimento Sustentável.” In: *Memória do Curso Regional Sobre Gênero no Desenvolvimento Sustentável*. UICN (União Mundial para a Natureza). 1993.
- ABRAMOWAY, R. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. *Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto de Estudos Econômicos da Universidade de São Paulo, v.24, n. Especial, 1994. pp. 157-182.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialectica del Iluminismo*. Buenos Aires: SUR, 1970.
- ADRIANCE, M. *Terra prometida. As Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- ALVAREZ, S. Women's participation in the Brazilian people's church: a critical appraisal. *Feminist Studies*, v. 16, n.2, 1990. pp. 381-408.
- ARRUDA, A. *Uma contribuição às novas sensibilidades com relação ao meio ambiente: representações sociais de grupos ecologistas e ecofeministas cariocas*. São Paulo: Trabalho apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 1995.
- ASSESSORIA PROJETOS TECNOLOGIA ALTERNATIVA; CENTRAL ÚNICA TRABALHADORES. *Seminário Nacional sobre políticas públicas e agricultura sustentável. Síntese das conclusões*. Rio de Janeiro, 1994.

ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS DO NORDESTE. Alianças Estratégicas. Cadernos de Cooperativismo. Colaboração INCRA/PNUD. 1997.

ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS DO NORDESTE. *Desenvolvimento Local*. Série Cadernos de Cooperativismo. Recife, 1997.

ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS DO NORDESTE. *Organização da Produção Rural*. Série Cadernos de Cooperativismo. Recife, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE RIACHO DAS VÁRZEAS. *Plano de Ação Imediata*. Porteirinha, 1997.

BANCO DO NORDESTE, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Há espaço para as pequenas empresas no mundo dos negócios? *Cadernos Temáticos*, n 3. Recife, 1998.

BANCO DO NORDESTE, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Plano de Metas para 2003 do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Norte de Minas*. Porteirinha, 1999.

BANCO DO NORDESTE; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Programa de capacitação em apoio à implantação de projetos associativistas dos produtores rurais*. Porteirinha, 1998.

BANCO DO NORDESTE; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, Democracia e Políticas Públicas*. Porteirinha, 1998.

BANCO DO NORDESTE; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *II Encontro de Nivelamento da Região Sul*. Salvador, 1998.

BANCO DO NORDESTE; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Relatório anual (97/98)*. Porteirinha/Janaúba, 1997.

BANCO DO NORDESTE; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Programa de Capacitação em apoio à implantação de projetos associativistas de produtores rurais*. Porteirinha, 1997.

BASILLIAT, J. Luttres feministes et developpement: une double perspective historique et epistemologique. In: BASILLIAT, J. *Face aux changements: les femmes du Sud*. Paris: L'Harmattan. 1995.

BEBBINGTON, A.; THIELE, G.; DAVIES, P.; et. al. *Non-governmental organization and the state in latin america. rethinking roles in sustainable agricultural development*. London and New York: Pluto Press, 1993.

BELO HORIZONTE(MG). Secretaria do Estado da Agricultura. Projeto Jaíba: o sonho do sertão irrigado está se tornando realidade. *Minas Rurais*. Ano II, n.3, 1992.

BELSHALW, C. S. *Troca Tradicional e Mercado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BEREANO, P.; BOSE C.; ARNOLD, E. Kitchen technology and liberation of women from housework. In: FAULKNER, W.; ARNOLD, E. *Technology in Women's Lives. Smothered by Invention*. New York: Pluto Press, 1992.

BHADURI, A. Technological change and rural women: a conceptual analysis. In: BHADURI, A. *Technology and rural women: conceptual and empirical issues*. London: George Allen & Unwin. 1986. pp 15-25.

BIDASEKA, K. Desplazamientos en dos comunidades rurales del agro tucumano. Migraciones temporarias de mujeres rurales y familias migrantes: ¿ cambio o reproducción en las relaciones de género? In: X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY. Rio de Janeiro, 2000.

BINGERMER, M.C.L. *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

BIRGIN, H. A reformulación del orden mundial: el lugar de las mujeres en las estrategias de desarrollo sustentable. In: BIRGIN, H. *Fin de Siglo – Gênero e cambio civilizatório*, 1992.

BLANC, Michel. "La ruralité: diversité des approches". In: *Économie Rurale* n. 242, 1997. pp. 5-12.

BLOCH, M.; BLOCH, J. H. Women and the dialectics of nature in eighteenth-century French thought. In: MAC CORMACK, C. P.; STRATHERN, M. *Nature, culture and gender*. Cambridge University, 1986.

BOFF, L. *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

BOP, C. Camponesas de mãos nuas. In: DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais). *De olho no mundo: gênero e agricultura familiar*. Curitiba, 1996.

BOSERUP, E. *Woman's role in economic development*. New York: St. Martin's Press, 1970.

BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Seuil. 1998.

BOURDIEU, P. *Le sens commun. Le sens pratique*. Paris: Les Editions de Minuit. 1980.

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. pp 28-40.

BOURDIN, A. Grands projects et transformations locales. In: BOURDIN, A. *La sociologie et les nouveaux défis de La modernisation*. Porto: Association Internationale des sociologues de langues française. Secção de sociologia da Faculdade de Letras de Porto. 1988. pp 327-344.

BRANDÃO, C. R. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa nos Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. (Orgs.). *Além dos Territórios*. Mercado de Letras. 1998.

BRANDT, G. C. Les origines et le developpement des cercles de fermieres sur Quebec et des groupements feminins en Gironde. In: BLACK, N. *Femmes et vie rurale au Quebec et en Aquitaine*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine. 1990. pp 35-78.

BROWN, R. Matching women, environment and development. *Women & Environments*. Toronto, v.13 n. 2. 1991.

CAMPILO, M. Gênero na Agricultura: notas para o caso centro-americano. In: UINC (Unión Mundial Para La Naturaleza). *Memoria del Curso Regional Sobre Genero en el Desarrollo Sostenible*. Programa Social de la Conservación. San José, Costa Rica, 1993.

CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

CARNEIRO, M. J. Modernização e sociabilidade em uma aldeia dos Alpes Franceses. *Comunicações do PPGAS-MN/UFRJ*. Rio de Janeiro, n. 6, jun. 1995.

CARNEIRO, M. J.; TEXEIRA, V. L. Mulher rural no discurso dos mediadores. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 5. 1995.

CARRARA, A. A. *Relatório de atividades do ano de 1996. Projeto manejo sustentável dos Cerrados*. Montes Claros: CAA (Centro De Agricultura Alternativa), 1997.

CASTRO, M. G.; ABRAQMOWAY, M. *Gênero e Meio ambiente*. São Paulo: Cortez Editora, UNESCO, UNICEF, 1997.

CENTER SEMINAR ON WOMEN AND AGRICULTURAL TECHNOLOGY. *Women and agricultural technology: relevance for research*. Bellagio: The Rockefeller Foundation & International Service for National Agricultural. 1985.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Rumos do Desenvolvimento Rural no Sudeste*. São Paulo, 1996.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. *Projeto de pesquisa e formação sindical, ação e organização sindical no setor rural e construção de estratégias de desenvolvimento rural*. Brasília, 1997.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA. *Projeto de Continuidade das Atividades do CAA/NM. Triênio 1998 a 2001*. Montes Claros, 1997.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA. *Projetos para Porteirinha e Serranópolis*. Montes Claros, 1998.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA. *Terra de Mata, Terra de Roça*. Série Aprendendo com a natureza. n1. Belo Horizonte, 1991.

CHAYANOV, A. *The theory of peasant economy*. In: THORNER, D.; KERBLAY, R. (eds). Homewood, American Economic Association, 1966.

CINTRÃO, R. P. *ONGs. Tecnologias alternativas e representação política do campesinato. Uma análise da relação entre o centro de tecnologia alternativa e os sindicatos de trabalhadores rurais na zona da mata mineira*. 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Rural do Rio de Janeiro, ICHS/CPDA.

CODINA, V. *Teologia simbólica da terra*. Petrópolis: CPT/Vozes, 1996.

COLLIER, J. F.; ROSALDO, M. Z. Politics and gender in simple societies. In: COLLIER, J. F.; ROSALDO, M. Z. *Sexual meanings - the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

COLLINS, R. Women's and the production of status cultures. In: LAMONT, M.; FOURNIER, M. (eds.) *Cultivating differences symbolic boundaries and the making of inequality*. Chicago: The University chicago Press, 1992.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A CPT e o Estado – relação ou parceria*. Goiânia, 1995.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A Luta Pela Terra. A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Cadernos de Conflito*. Goiânia, 1985-1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Dez anos de caminhada Conquistar a Terra, Reconstruir a Vida*. Petrópolis: Vozes, 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Dossiê de informação sobre a implantação do distrito agro-industrial da Jaíba*. Belo Horizonte, 1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *I Encontro nacional de técnicos da Área Agrícola da CPT*. Goiânia, 1990.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Relatório do Seminário Questões Agrárias nos anos 90 e a CPT*. Goiânia, 1994.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Relatórios das Diretrizes e Linhas de Ação das Assembléias e Seminários de 1977 a 1997*.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Resenha de notícias veiculadas pela imprensa mineira sobre o projeto jaíba I e II no período entre o ano de 1991 e setembro de 1992*. Belo Horizonte, 1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Romarias das Águas e da Terra. Terra e Água, Clamor por Justiça*. Montes Claros, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Seminário "Experiências Inovadoras no Meio Rural"*. Trindade, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Viabilidade do pequeno produtor rural no processo de integração nacional: Caso Mercosul*. Brasília, 1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/MG; CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO; CASA DE PASTORAL COMUNITÁRIA. Montes Claros: *Preparando a Romaria das Águas e da Terra*. Manga/MG 26 de outubro de 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/MS *Seminário Terra e Meio Ambiente*. Cuiabá, 1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS. *Projeto educativo de agricultura Auto-Sustentada em Conceição do Araguaia: Uma proposta de ecologia social unindo universidade, sindicato e ONG de assessoria*. Goiânia, Julho 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-MG. (org. Alexandra e Cláudio). *Organização das mulheres de Itinga*. 1997.

CONFEDERAÇÃO DOS BISPOS DO BRASIL. *A igreja e a questão ecológica*. Brasília, 1992.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. *Desenvolvimento Local Sustentável Baseado na Agricultura Familiar. Programa de Formação de Dirigentes e Técnicos em Desenvolvimento Local Baseado na Agricultura Familiar*. Brasília, 1998.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA; BANCO DO NORDESTE; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Programa de Capacitação e Transferência de Metodologia para o Desenvolvimento Econômico Local. In: *Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais*. Brasília, 1998.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTEIRINHA. *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Porteirinha*. 1997.

CONTRERAS, J. Los grupos domésticos: estratégias de produção y reproducción. In: PRAT, I.; MARTINEZ, U.; CONTRERAS, J.; et. al. *Antropología de los pueblos de Españã*. Madri: Taurus Universitaria. 1991.

COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE SÃO FRANCISCO. *Avaliação global e sistematizada dos aspectos socioeconômicos e ambientais do Projeto Jaíba - Etapa I*, 1994.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS, CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. *Os pequenos possuem a terra. Terra para todos, semente de esperança por justiça e paz*. Salvador, 1996.

CORDEIRO, A. Diversidade substantivo feminino. *Alternativas AS-PTA*. p. 29-36, 1994.

CORRAL, T. Women's Views for a new world order. *Ecodecision*, n.10, 1993.

COX, C. Eco-Feminism. In: KIRKUP, G.; SMITH L. *Inventing women. science, technology, and gender. Polity*. New York: Press Open University. 1992.

D'ÁVILA, M. I. Mulheres, cultura e desenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *'Social development: challenges and Strategies.'* Rio de Janeiro: UNESCO. 1994.

DANGENAIS, H. Pour les femmes, un autre développement. In: *Recherches féministes. femmes et developpement: mythes, réalités, changements*. 1988. v.1, n.2. pp 1-17.

DAYRELL C. A. *Geraizeiros y biodiversidad en el norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Disertación (Curso Maestría en Agroecología y Desarrollo Rural Sostenible) - Universidad Internacional de Andalucía, Sede Ibero Americana de la Rabida. 1998.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. Agricultura familiar e associativismo. *Boletim do DESER* n.86. Curitiba, Dezembro/97.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. *Gênero e Agricultura Familiar. Cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Curitiba, 1996.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. Mudança na base da agricultura familiar. *Boletim do DESER* n.90. Curitiba maio/1998.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. O debate de gênero e a panela de pressão. *Boletim do DESER* n.87. Curitiba, março/1998.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. O lugar da agricultura familiar e das relações de gênero no desenvolvimento sustentável. *Boletim do DESER* n. 92. Curitiba, julho/1998.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. O papel da mulher nas organizações de agricultores. *Boletim do DESER* n. 81. Curitiba maio/1997.

DESCOLA, P.; PAISSON, G. (org.). *Nature and Society. Antropological Perspectives*. Londres: Routledge, 1995.

DIAS, E. F. Reestruturação produtiva - a forma atual da luta de classes. São Paulo. *Revista Outubro* n.1, 1998.

DROGUS. Reconstructing the feminine: women in São Paulo's CEBs. *Extrait des archives de Sciences Sociales des religions*. N. 17, 1990. pp. 63-74.

EHLERS, E. Agricultura alternativa: uma visão histórica. *Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto Econômico da Universidade de São Paulo, v.24, n. especial, 1994. pp. 231-262.

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL., PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA. *Projetos do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Norte de Minas, específico para o município de Porteirinha*, 1998.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL; PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA. *Plano Municipal de Assistência Social*. Porteirinha, 2000.

FAO (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA ALIMENTAÇÃO); PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). *Do desenvolvimento ao protagonismo do agricultor*. Brasília: 1996.

FERGUSON, A. Gendered Science: a critique of agricultural development. *American Anthropologist*. v. 96, n. 3. 1994.

FERREIRA, S. M. *A agricultura familiar como ideal cristão: uma análise sociológica da política agrária da Comissão Pastoral da Terra*. Dissertação (Mestrado Ciências da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 1999.

FIRTH, R. *We the Tikopia: a sociological study of kinship in Primitive Polynesia*. London: Allen & Unwin Ltd., 1936.

FORTIER, A. Gender, ethnicity and fieldwork: a case study. In: SEALE, C. *Researching Society and culture*. London: Sage Publications. 1998.

FUSS, D. Essentially Speaking-Feminism. In: *Nature & Difference*. New York, London:, Routledge 1989.

GALANO, A. M. Cultivar a natureza: políticas agroambientais. In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*. n.12. 1999. pp 169-177.

GALESKI, B. *Basic Concepts of Rural Society*. Manchester: Manchester University Press. 1975.

GARCIA JÚNIOR, R. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1989.

GIOVENARDI, E.; LUNA, L. *Renda: Meta Focal. Objetividade dos Planos de Desenvolvimento*. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Recife, 1996.

GODELIER, M. *L'idéal et le matériel. Pensée, économies, sociétés*. Paris: Fayard. 1984.

GOLDMANN, L. *Le Dieu caché*. Paris: Gallimard, 1976. (Tradução Ângela Mendes de Almeida).

GONÇALVES, C. W. P.; SABOURIN, É. *Relatório de Avaliação Externa do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais*. Montes Claros, 1997.

GOODMAN, D., REDCLIFT, M. *Refashioning nature: food, ecology & culture*. London: Routledge, 1986.

GRAZIANO, E. *A arte de viver na terra. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha*. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1986.

GRAZIANO, J. Difusão de Inovações: Críticas e Alternativas ao Modelo Dominante. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília, 6(1):101-115, jan./abr. 1989

GRZYBOWSKI, C. A CPT e os colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda (Org.) *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. pp 248-273.

GUILLOU, A. Integration au marché et redefinition des rapports hommes-femmes à la campagne. Paris: Editions De la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1997.

HARCOURT, W. *Feminist Perspectives on Sustainable Development*. London: zed Books, 1994.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. *Agroecologia e desenvolvimento*. CLADES/AS PTA. Ano 1, n.1, 1993.

HEREDIA, B. O lugar da Mulher nas Comunidades Camponesas. IN: AGUIAR, N. *A Mulher na Força e Trabalho na América Latina*.

HIRSCH, J. Pensar la relación de las mujeres com el ambiente en tiempos posmodernos: identidades y cultura ambiental. In: *XXII International Congress of the Latin American Studies*. march, 2000.

HITA, M. G. A família em Parsons: pontos, contrapontos e a perspectiva de modelos alternativos. Caxambu, *XXII ANPOCS*, GT 05, Família e sociedade no Brasil. 1998. pp 1-23.

HOBBSAWN, E. J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUSTON, P. Mulher, Igualdade, Sustentabilidade. *Relatório do Fórum da Mulher*. Bergen – Noruega, 14/15 maio 1990.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESSQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interregional Meeting. General Report*. Rio de Janeiro, 1990.

ITANI, A. F. Trabalho feminino e tecnologia: a imagem da alteridade. In: *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo 4(1-2): 133-154, 1992.

JORDANOVA, L. J. Natural facts: a historical perspective on science and sexuality. In: *Nature, culture and gender*. Edited by Carol P. Mac Cormack & Marylyn Strathern. Cambridge: Cambridge University, 1986.

JORNAL PELEJANDO. Jornal das Comissões Eclesiais de Base; Comissão Pastoral da Terra; Pastoral Operária de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996-1999.

JUNER-LOISEAU, A.; LEONARDI, M. Des ouvrières à la campagne. Ruralité et genre: convergences. In: CORBEL, P.; VATIN, F. *Mondes ruraux en mutation*. Rennes: Journées du Lessor. 1991. pp 121-126.

KERGOAT, D. *Les politiques gouvernementales de promotion des femmes*. Senegal: Ministère Cond. Feminin. 1993.

LABRECQUE, M. F. The study of gender and gerational hierarchies in the context of development: methodological aspects. In: GHORAYSHI, P.; BÉLANGER, C. *Women, work, and gender relations in developing countries. a global perspective. Contributions in Sociology*, n. 118. London: Greenwood Press, 1996.

LAGRAVE, R. M. *Celles de la terre. Agriculture l'invention politique d'un métier*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales. 1987.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar*. Campinas: Ed. Unicamp. 1993.

LAURETIS, T. A tecnologia do Gênero. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco 1994.

LAWRENCE, K. *Women in agriculture from Rio to Beijing making connectios*. Brooklin/NY: NGO Working Group on Sustainable Agriculture, 1993.

LÉON, M. Un Cambio cualitativo: el concepto de gênero en el desarrollo. In: *Memorias del Octavo Congreso de Sociología*. Cali: Universidad del Valle.

LESCURE, J. P. Ruralité ou environnement? In: GATELLU, J. M.; MARCHAL, J. Y. *La ruralité dans les pays du Sud à la fin du XX siècle*. Paris: Éditions de l'Orstom, 1997.

LINN, P. "Gender Stereotypes, Technology Stereotypes". In *Gender and Expertise*. Edited by Maureen Mcneill, 1987.

LUNARDI, V. L. *Seminário de Intercâmbio sobre desenvolvimento democrático e agricultura familiar*. Goiânia, CPT, 1993.

MAC CORMACK, C. P. Nature, culture and gender: a critique. In: MAC CORMACK;

MAC KENSIE, D., WALFEMAN, J. *The social shaping of tecnologia*. The Open University Press, 1985.

MACNEILL, J.; WINSEMIUS, P.; YAKUSHIJI, T. *Para além da interdependência. A relação entre economia mundial e a ecologia da terra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MANHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARESCA, S. L'autoportrait d'une profession. Des agricultrices aux prises avec leur propre image. In: CORBEL, P.; VATIN, F. *Mondes ruraux en mutation*. Rennes: Journées du Lessor. 1991. pp 109-119.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Coordenadoria de Conflitos Agrários; Conselho Nacional dos Direitos Da Mulher). *Violência contra mulheres e menores em Conflitos de Terras*. Brasília, 1987.

MONCEL, C. Quando não há banqueiros. In: DESER (Departamento Sindical De Estudos Rurais). *De olho no mundo: gênero e agricultura familiar*. Curitiba, 1996.

MOSER, A. *O problema ecológico e suas implicações éticas*. Petrópolis, Vozes, 1992.

MUDAR INFORMA. *Boletín informativo trimestral de la red mujeres por un desarrollo alternativo: una perspectiva del tercer mundo*. n. 9, 1990.

NACIONES UNIDAS (Diretorio Mujer Desarrollo). *Integracion de la mujer en el desarrollo de America Latina*. 1979.

NACIONES UNIDAS (Division de Desarrollo Social - Unidad Mujer Desarrollo). *Mujeres Rurales de America Latina y el Caribe: resultados de programas y proyectos*. Santiago de Chile, 1989.

NACIONES UNIDAS (Joint United Nations Information Committee). *The key to development. women's social and econmic role*. Viena, Austria, 1985.

NOBRE, M. *Gênero e Agricultura Familiar*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1998.

NYE, A. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OBERS, J. *Desenvolvimento Sustentável e Agricultura*. Belo Horizonte: CPT/MG, 1992.

OLIVEIRA, J. B. V. *Vida como propriedade industrial*. Goiânia: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1991.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *The Integration of Women in Development Projects*. Paris: 1985

PACHECO, M. E. L. Sistemas de produção: Uma perspectiva de gênero. *Proposta* n.71, 1977.

PEREIRA, E.G.P. *Não ao patenteamento da vida*. São Mateus: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/ES, 1993.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. *Sociedade Sustentável*. Belo Horizonte, 1997.

REDE MULHER. Com Garra e Qualidade. Mulheres em Economias Sustentáveis: Agricultura e Extrativismo. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n. 1, 1992.

RODDA, A. *Women and the Environment*. London: Zed Book, 1991.

SAMPAIO, Y.; GOMES, G. M. Política Agrícola no Nordeste: intenções e resultados. *Estudos Sobre Desenvolvimento Agrícola*. Brasília n.11, 1979.

SANTOS, T. M. A escravidão à sombra dos coqueirais. In: DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais). *De olho no mundo: gênero e agricultura familiar*. Curitiba, 1996.

SECK, M. Excluídas da terra. In: DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. *De olho no mundo: gênero e agricultura familiar*. Curitiba, 1996.

SENADO FEDERAL. *Agenda 21 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília, 1997.

SHIVA,V. *Staying in Alive: Women, Ecology and Development*. London: Zed Books, 1989.

SHIVA,V.; DANKELMAN, I. Women and Biological Diversity: Lessons from the Indian Himalaya. In: COOPER, D.; et al. *growing diversity: genetic resources and local food security*. London: Intermediate Technology publications, 1992.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PORTEIRINHA; CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DE MONTES CLAROS. *Curso sobre Desenvolvimento sustentável e Agricultura Familiar*, 1998.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PORTEIRINHA; CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DE MONTES CLAROS. *Diagnóstico Rápido Participativo, Comunidade de Touro*. Porteirinha. 1996.

TEYSSIER, S. Mulheres confiáveis, mas sem crédito. In: DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais). *De olho no mundo: gênero e agricultura familiar*. Curitiba, 1996.

UNESCO. *A Mulher en los Sistemas de Producción Rural*. Barcelona: 1986.

UNICEF. *Paquete de capacitación de Unicef sobre Igualdad de Género y adquisición de poder de las mujeres*. New York: Unicef. 1994.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATUREZA. *Dos mitades forman una unidad. el equilibrio de las relaciones de género en los procesos de desarrollo*. San José, Costa Rica, 1994.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Agenda 21. An easy reference to the specific recommendations on women*. 1995.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Women's participation in development*. New York, 1985.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. *Food for the future: women, population and food security*. 1996.

UNITED NATIONS. *World Plan Of Action For The Implementation Of The Objectives Of The International Women's. Year*. New York, 1980.

UNITED NATIONS. *World Survey on the Role of Women in Development*. New York: 1986.

UNITED NATIONS. *World Survey on the Role of Women in Development*. New York: 1989.

VASCONCELOS, N. A. Quem tem medo do 8 de março? In: DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais). *De olho no mundo: Gênero e agricultura familiar*. Curitiba, 1996.

VIEZZER, M. *Mutirão de educação popular: a mulher trabalhadora rural*. São Paulo: Rede Mulher; Movimento de Educação de Base; Comissão Pastoral da Terra, 1998.